



LABORATÓRIO NACIONAL  
DE ENGENHARIA CIVIL

CENTRO DE QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO  
Núcleo de Normalização e Regulamentação

Proc. 1202/11/17813

## LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2011

Trabalho elaborado no âmbito do estudo *Sistematização da Legislação da Construção* do Plano de Investigação Programada do LNEC para o Quadriénio 2009-2012

Lisboa • maio de 2012

**I&D** QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO

**RELATÓRIO 139/2012 – CQC/NNR**



## **LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2011**

### **RESUMO**

O projeto *Sistematização da Legislação da Construção*, integrado no Plano de Investigação Programada do LNEC para o quadriénio 2009-2012, tem por objetivo assegurar a compilação das disposições legais e regulamentares, publicadas em cada ano, que disciplinam a realização dos empreendimentos da construção.

O presente relatório lista e divulga os diplomas legislativos oficialmente publicados no ano de 2011, apresentando em anexo uma ficha bibliográfica de cada diploma.

## **CONSTRUCTION LAW: 2011 STATUTES**

### **SUMMARY**

The main purpose of the project titled “*Sistematização da Legislação da Construção*” (Systematising construction law), integrated in LNEC Planned research Programme for the 2009-2012 period, is to collect all legal provisions and regulations, published each year, referring to construction projects.

This report presents a list of all statutes officially published in 2011, including, in the annex, bibliographic references about each statute.



# LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2011

## ÍNDICE

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO .....	1
2 - LEGISLAÇÃO PUBLICADA .....	1
3 - CARACTERIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA .....	2
ANEXO: FICHAS INDIVIDUAIS DOS DIPLOMAS .....	3



# LEGISLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO: DIPLOMAS DE 2011

## 1 - INTRODUÇÃO

O regime jurídico da urbanização e da construção em vigor prevê que, até à codificação das normas técnicas da construção, compete ao Ministério da Economia e do Emprego e ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território a promoção da publicação da relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos nos projetos de obras e na respetiva execução.

Por sua vez, tendo a competência do Ministério da Economia e do Emprego sido delegada no LNEC, este Laboratório Nacional fez integrar no Plano de Investigação Programada do LNEC para o quadriénio 2009-2012 o estudo *Sistematização da Legislação da Construção*, que tem por objetivo assegurar a compilação das disposições legais e regulamentares, publicadas em cada ano, que disciplinam a realização dos empreendimentos da construção.

O presente relatório lista e divulga os diplomas legislativos oficialmente publicados no ano de 2011 a nível nacional e nas regiões autónomas, apresentando em anexo uma ficha bibliográfica com a pormenorização pertinente de cada diploma.

Para o efeito, foram consideradas as seguintes abreviaturas na designação dos diversos diplomas:

**DCL RTF** - Declaração de Retificação;

**DL** - Decreto-Lei;

**DLR/A** - Decreto Legislativo Regional da Região Autónoma dos Açores;

**DLR/M** - Decreto Legislativo Regional da Região Autónoma da Madeira;

**DR** - Decreto Regulamentar;

**L** - Lei;

**P** - Portaria.

## 2 - LEGISLAÇÃO PUBLICADA

No ano de 2011 foram publicados 5 diplomas legislativos, com a seguinte distribuição: 1 Lei da Assembleia da República, 1 Decreto-Lei, 2 Portarias e 1 Decreto Legislativo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Listam-se a seguir, pela ordem cronológica de publicação no Diário da República, os cinco diplomas legislativos.

### 2.1 - P 57/2011 de 28 de janeiro

Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 21/2010, de 11 de janeiro.

## 2.2 - L 2/2011 de 9 de fevereiro

Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos.

## 2.3 - DL 23/2011 de 11 de fevereiro

Assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos.

## 2.4 - DLR 7/2011/M de 16 de março

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação.

## 2.5 - P 252/2011 de 27 de junho

Estabelece as normas técnicas para a instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas.

## 3 - CARACTERIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

No anexo, em fichas individuais, pormenorizam-se as características dos diplomas legislativos publicados no ano de 2011.

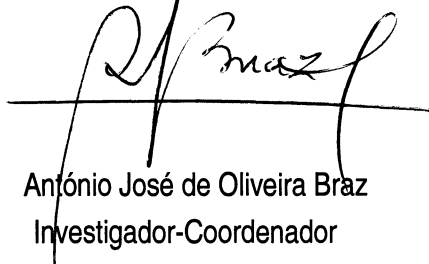
Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em maio de 2012

VISTO



Maria de Lurdes Antunes  
Diretora do Centro da  
Qualidade na Construção

AUTORIA



António José de Oliveira Braz  
Investigador-Coordenador



## **ANEXO**

### **FICHAS INDIVIDUAIS DOS DIPLOMAS**



## P 57/2011 de 28.1.2011

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** PORTARIA
- **Número:** 57/2011
- **Título:** Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 21/2010, de 11 de janeiro
- **Entidades Emitentes:** MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 20, de 28.1.2011, pág. 595 (1)
- **Validade:** Em vigor desde 1.2.2011

### 2 - RESUMO:

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de ingresso e da permanência na atividade da construção, as habilitações nas várias categorias e subcategorias são atribuídas por classes, de acordo com o valor dos trabalhos que os seus titulares ficam habilitados a realizar.
- A presente portaria fixa as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção e os correspondentes valores.
- Com a entrada em vigor da presente portaria, fica revogada a Portaria n.º 21/2010, de 11 de janeiro.

## L 2/2011 de 9.2.2011

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** LEI
- **Número:** 2/2011
- **Título:** Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos
- **Entidades Emitentes:** ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 28, de 9.2.2011, págs. 706 (1)
- **Validade:** Em vigor desde 10.2.2011

### 2 - RESUMO:

- A presente lei estabelece procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos públicos.
- Estabelece também as regras de segurança e a competência para a remoção do amianto, bem como o destino final dos resíduos.

## DL 23/2011 de 11.2.2011

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** DECRETO-LEI
- **Número:** 23/2011
- **Título:** Assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos
- **Entidades Emitentes:** MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 30, de 11.2.2011, págs. 744 - 746 (3)
- **Validade:** Em vigor desde 14.2.2011

### 2 - RESUMO:

- O presente decreto-lei visa assegurar a aplicação efetiva no ordenamento jurídico nacional do disposto no Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos.
- O presente decreto-lei aplica-se, em matéria de fiscalização do mercado, apenas aos produtos abrangidos pelo Regulamento, nos termos e nas condições por este definidas.
- Os atos e os procedimentos necessários à execução do presente decreto-lei nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira competem às entidades das respetivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa.

## DLR 7/2011/M de 16.3.2011

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
- **Número:** 7/2011/M
- **Título:** Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação
- **Entidades Emitentes:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 53, de 16.3.2011, págs. 1483 - 1486 (4)
- **Validade:** Em vigor desde 17.3.2011

### 2 - RESUMO:

- O presente decreto legislativo regional altera os artigos 1.º, 5.º-A, 6.º, 7.º e 10.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/M, de 12 de agosto.
- É republicado em anexo ao presente decreto legislativo regional, do qual faz parte integrante, o Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 de agosto, com a redação atual.

## P252/2011 de 27.6.2011

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- **Tipo:** PORTARIA
- **Número:** 252/2011
- **Título:** Estabelece as normas técnicas para a instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas
- **Entidades Emitentes:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
- **Fonte:** Diário da República, 1.ª Série, N.º 121, de 27.6.2011, pág. 793 - 795 (3)
- **Validade:** Em vigor desde 28.6.2011

### 2 - RESUMO:

- A presente portaria estabelece as normas técnicas para a instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas abrangidos pelo disposto nos artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril.
- A presente portaria especifica os requisitos técnicos para a instalação e manutenção de pontos de carregamento, a tipologia de instalação elétrica e os modos de carga dos pontos de carregamento.

